



>

Construindo a Sustentabilidade: *Lições Aprendidas no Programa Piloto*

Série Textos para Discussão # 1

Ministério do Meio Ambiente - MMA
Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA
Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

Apoio: 

Brasília, junho de 2002



Apresentação

> 2

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil pode ser considerado, em grande medida, como uma espécie de laboratório onde são testadas estratégias inovadoras para promover a conservação de recursos naturais na Amazônia e na Mata Atlântica, conjuntamente com melhorias na qualidade de vida de populações locais.

Um dos grandes desafios do Programa Piloto é gerar e aplicar lições, de modo a contribuir para a divulgação de iniciativas inovadoras e a incorporação de conhecimentos adquiridos em políticas públicas, dando “escala” e sustentabilidade às ações do Programa.

Este documento apresenta uma visão da equipe do Projeto AMA e colaboradores sobre lições aprendidas no Programa Piloto ao longo dos últimos anos, em relação a dez temas considerados essenciais. Na elaboração deste documento, foram incorporados resultados de várias atividades do AMA que tiveram como enfoque principal a identificação e sistematização de lições aprendidas, junto a diversos parceiros do programa.

Esperamos que este documento, ainda em versão preliminar, possa servir como um estímulo à reflexão e ao debate entre os participantes do Programa Piloto sobre processos de aprendizagem e meios para aplicar suas lições aprendidas, inclusive no planejamento da sua segunda fase de implementação.

Brent Millikan
Coordenador do Projeto AMA
junho de 2002

O conteúdo deste documento é da inteira responsabilidade da equipe técnica do Projeto AMA. As opiniões expressadas não refletem necessariamente uma posição oficial do Ministério do Meio Ambiente.



Índice

Apresentação	> 2	> 3
Lista de Siglas	> 4	
Sobre o Programa Piloto	> 5	
Lições Aprendidas	> 7	
1. A Construção de Agendas para a Sustentabilidade	> 8	
2. Descentralização da Gestão Ambiental	> 9	
3. Zoneamento Ecológico-Econômico	> 10	
4. Populações Tradicionais e o Desenvolvimento Sustentável	> 11	
5. Produção Sustentável	> 12	
6. Monitoramento, Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas	> 14	
7. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável	> 17	
8. Participação da Sociedade Civil	> 18	
9. Estratégias de Monitoramento e Avaliação de Projetos	> 20	
10. A Transformação de Experiências Inovadoras em Políticas Públicas	> 21	
Referências Bibliográficas	> 23	
Sobre o Projeto AMA	> 25	



Lista de Siglas

AMA	Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
DfID	Department for International Development (Inglaterra)
FEMA	Fundação Estadual de Meio Ambiente (Mato Grosso)
FLONA	Floresta Nacional
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Alemanha)
IAG	International Advisory Group (Grupo Assessor Internacional)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MI	Ministério da Integração Nacional
MP	Ministério do Planejamento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OSC	Organização da Sociedade Civil
OEMA	Organização Estadual de Meio Ambiente
PD/A	Projetos Demonstrativos Tipo A
PGAI	Projeto de Gestão Ambiental Integrada
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROMANEJO	Programa de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
PROTEGER	Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção aos Incêndios Florestais na Amazônia
PROVARZEA	Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
RESEX	Projeto Reservas Extrativistas
RMA	Rede Mata Atlântica
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia (MMA)
SPC&T	Subprograma de Ciência e Tecnologia
SPRN	Subprograma de Política de Recursos Naturais
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico



Sobre o Programa Piloto

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil é uma iniciativa do governo e da sociedade brasileira em parceria com a comunidade internacional, que visa à construção de soluções que promovam a conservação das florestas brasileiras na Amazônia e na Mata Atlântica, em conjunto com o aproveitamento econômico e melhorias na qualidade de vida de populações locais.

> 5

Lançado em 1992, no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio'92), o Programa Piloto é o maior exemplo de cooperação entre diversos países na busca de soluções para um problema ambiental com dimensões globais. Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o Programa Piloto tem uma estratégia de implementação pautada na viabilização de parcerias em diferentes níveis, envolvendo órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e setor privado.

O Programa Piloto é composto por uma ampla carteira de projetos, que se caracterizam dentro de cinco linhas de ação:

- ▶ *Experimentação e Demonstração* para promover experiências práticas por parte de comunidades locais e dos governos nas áreas de conservação, produção sustentável e educação ambiental. Essa linha de ação vem sendo implementada principalmente através dos seguintes projetos:
 - > Demonstrativos Tipo "A" (PD/A)
 - > Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (PROMANEJO)
 - > Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (PROVARZEA)
 - > Mobilização e Capacitação em Prevenção aos Incêndios Florestais na Amazônia (PROTEGER)

- ▶ *Conservação de áreas protegidas* (parques nacionais e outras reservas naturais, florestas nacionais, reservas extrativistas e terras indígenas) através da proteção e do manejo de recursos naturais (florestas, recursos aquáticos e da várzea), visando também melhorias na qualidade de vida de populações locais. Os principais projetos deste tipo incluem:
 - > Reservas Extrativistas (RESEX)
 - > Proteção às Populações e às Terras Indígenas da Amazônia (PPTAL)
 - > Corredores Ecológicos

- ▶ *Fortalecimento Institucional* para capacitar instituições públicas a formular e fiscalizar políticas ambientais efetivas, em cooperação com organizações da sociedade civil, setor privado e sociedade em geral. Isso vem ocorrendo por meio do:
 - > Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN)

- ▶ *Pesquisa Científica* para aumentar o conhecimento científico sobre a ecologia das florestas tropicais e sua utilização em bases sustentáveis. Essa linha de ação é desenvolvida pelo Subprograma de Ciência e Tecnologia, por meios dos projetos:
 - > Centros de Ciência
 - > Pesquisa Dirigida

 - ▶ *Lições e Disseminação* para tirar conclusões e divulgar amplamente as lições aprendidas com o Programa, principalmente no intuito de influenciar políticas públicas. Trata-se de uma finalidade de todos os projetos, com destaque em nível de programa para:
 - > Projeto de Apoio de Monitoramento e Análise (AMA)
 - > Grupo Consultivo Internacional (IAG).
- > 6

Atualmente, o Programa Piloto encontra-se num processo preparatório para uma segunda fase de implementação, cuja principal finalidade será consolidar e transformar experiências bem sucedidas em políticas públicas permanentes, integradas a outras iniciativas governamentais para a Amazônia e a Mata Atlântica. Para reforçar o seu caráter como programa, os atuais projetos estão sendo articulados em torno de áreas estratégicas de atuação, ou “linhas temáticas” .



Definindo “Lições Aprendidas”

No contexto do Programa Piloto, lições aprendidas podem ser definidas como conhecimentos gerados a partir das experiências de implementação de projetos, sobre estratégias para se promover a proteção e uso sustentável das florestas tropicais, com a devida atenção para a qualidade de vida das populações locais.

> 7

A identificação e análise de lições são essenciais para disseminar experiências inovadoras, contribuir para a formulação de políticas públicas e subsidiar novas fases de planejamento do Programa Piloto.

É importante ressaltar que lições podem se originar tanto entre experiências “bem-sucedidas” como tentativas frustradas, pois ambos são fontes de aprendizagem.

A utilização de metodologias participativas na identificação de lições é fundamental, pois valoriza experiências e conhecimentos adquiridos entre os participantes de projetos e aumenta as chances de seu aproveitamento em ações futuras.

1. A construção de agendas para a sustentabilidade

Os processos de ocupação e desenvolvimento do território, especialmente em regiões de “fronteira” como a Amazônia, muitas vezes envolvem conflitos de interesse entre diferentes grupos da sociedade, sobre direitos de acesso e formas de utilização dos recursos naturais. Ao longo da história, têm surgido muitos casos de conflitos dessa natureza que resultaram em atos de violência, a exemplo do assassinato do líder sindicalista e seringueiro Chico Mendes.

> 8

A experiência do Programa Piloto tem ressaltado a importância de processos participativos de diálogo e negociação entre diferentes grupos da sociedade, sobre estratégias de desenvolvimento local e regional em bases sustentáveis. Embora haja conflitos e outros problemas de difícil resolução, é cada vez mais claro que a viabilização de processos de diálogo e negociação são fundamentais para a implementação do desenvolvimento sustentável na prática.

No âmbito do Programa Piloto, uma experiência inovadora, apoiada pelo Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN), foi a elaboração das Agendas Positivas nos estados amazônicos. As Agendas Positivas têm como enfoque principal a redução dos índices de desmatamento, por meio de uma série de medidas voltadas para o uso sustentável e a recuperação de áreas desmatadas, a valorização da floresta para fins de manejo e serviços ambientais, e a geração de emprego e renda entre populações locais.

Sob a liderança da Secretaria de Coordenação da Amazônia do MMA, a elaboração das Agendas Positivas foi baseada num processo de diálogo e negociação entre representantes de órgãos governamentais, sociedade civil organizada e setor privado. Uma das importantes lições dessa experiência refere-se à importância de se criar um ambiente participativo e de respeito mútuo entre diferentes grupos da sociedade, como base para a elaboração de agendas para o desenvolvimento sustentável.

Um dos grandes desafios para iniciativas como a Agenda Positiva é dar continuidade aos processos de construção de um espaço democrático e transparente de gestão das políticas públicas, inclusive em termos de operacionalização das ações previstas. De forma semelhante, um outro desafio é articular iniciativas participativas como a Agenda Positiva com outros programas de desenvolvimento regional, a exemplo dos *Corredores de Integração e Desenvolvimento do Programa Avança Brasil*.

Em nível local, o Programa Piloto tem fomentado algumas experiências inovadoras de diálogo e negociação de conflitos entre diferentes usuários de recursos naturais (madeireiros, pecuaristas, agricultores familiares, extrativistas, povos indígenas, etc.). Alguns exemplos de destaque incluem as ações dos Projetos de Gestão Ambiental Integrada (PGAIs) do SPRN no município de Laranjal do Jarí (Amapá) e na região do Lago de Tucuruí (Pará), e o processo de diálogo e planejamento participativo que acontece com o apoio do PROMANEJO na Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós. Tais iniciativas têm contribuído em muito para a redução de conflitos locais sobre o uso dos recursos naturais, e a viabilização de alternativas sustentáveis.

2

2. Descentralização da Gestão Ambiental

Nos últimos anos, o Programa Piloto, principalmente por meio dos Projetos de Gestão Ambiental Integrada (PGAls) do SPRN, tem apoiado iniciativas de descentralização de políticas de gestão ambiental, com ênfase para o fortalecimento de órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) e prefeituras municipais. Algumas lições oriundas destas experiências de descentralização da gestão ambiental são mencionadas a seguir:

> 9

- > Iniciativas de descentralização da política ambiental não devem ser concebidas como um simples repasse de atribuições do governo federal aos estados, e destes às prefeituras municipais. Pelo contrário, é preciso adotar ótica estratégica de *gestão compartilhada*, envolvendo parcerias entre IBAMA, OEMAs, Prefeituras e outros atores locais (como o Ministério Público, Polícia Ambiental e organizações da sociedade civil, dentre outros).
- > No entanto, a viabilização destas parcerias depende de negociações abertas entre instituições envolvidas, definindo objetivos comuns que se sobrepõem a interesses corporativistas. No plano operacional, uma clara definição de responsabilidades institucionais, respaldada por um arcabouço jurídico consistente e uma estratégia para enfrentar carências institucionais (principalmente em termos de recursos humanos) é essencial. Observa-se que dificuldades relacionadas a estas questões têm sido um dos principais obstáculos à efetivação dos chamados “Pactos Federativos”, visando a atuação conjunta entre o IBAMA e OEMAs na implementação de políticas ambientais.
- > A descentralização da gestão ambiental é mais eficaz quando são construídos espaços de diálogo entre representantes de órgãos governamentais, sociedade civil e setor privado. A existência de instâncias como *Comissões Municipais de Desenvolvimento Sustentável* facilita o diálogo entre grupos locais e estimula uma maior integração entre políticas ambientais e planos de desenvolvimento sócioeconômico. Embora com níveis diferenciados de desempenho entre os estados amazônicos, os Grupos de Trabalho do SPRN, coordenados por OEMAs para orientar o planejamento e implementação dos PGAls, têm contribuído para a construção deste tipo de “cultura de gestão ambiental compartilhada”.
- > Entretanto, o funcionamento dessas instâncias colegiadas depende, em grande medida, do comprometimento político de prefeituras municipais em compartilhar o poder de decisão, e da capacidade de mobilização e participação de organizações da sociedade civil, de forma que a relação de confiança entre as partes resulte em maior capital social.
- > A análise de diferentes experiências em descentralização mostra que duas características fundamentais para o sucesso são a *transparência* e a *estabilidade de regras* na dinâmica de discussão entre as partes. Essas duas dimensões aumentam a confiança entre as partes e possibilitam uma melhor gestão ambiental.

Certamente, um dos desafios para a segunda fase do Programa Piloto é promover uma maior articulação entre seus subprogramas e projetos em nível local, inclusive os chamados “projetos associados”. De forma semelhante, outro desafio é a viabilização de parcerias com outros programas voltados para o desenvolvimento local sustentável, como o Programa Comunidade Ativa, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas, do Ministério da Integração Nacional (MI).

> 10

3. Zoneamento Econômico-Ecológico

Desde o final dos anos oitenta, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) tem sido destacado, no Brasil, como um instrumento estratégico para o desenvolvimento regional e, em particular, a resolução de problemas de ocupação “desordenada” na fronteira amazônica (desmatamento em terras de baixo potencial agropecuário, invasões de unidades de conservação, etc.).

Ao mesmo tempo, o zoneamento ecológico-econômico tem sido o foco de uma série de debates sobre aspectos conceituais e metodológicos de sua implementação. Por exemplo, têm surgido questionamentos sobre problemas de participação social no zoneamento; falta de articulação do ZEE com outras políticas públicas; tendências de menosprezar questões importantes, como a manutenção de serviços ambientais, as territorialidades de populações tradicionais e conflitos socioambientais nos estudos e recomendações do zoneamento; elevados gastos de recursos financeiros e tempo necessário para implementar programas de ZEE; limitações inerentes a programas de “macrozoneamento” elaborados em escalas pequenas (1:250.000 a 1:1.000.000) e falta de transparência e divulgação dos produtos do zoneamento, em linguagem acessível à maioria da população.

Durante os últimos cinco anos, o Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN) tem apoiado a implementação de uma série de experiências de zoneamento ecológico-econômico nos estados amazônicos. Em estados como o Acre e Amapá, foram introduzidas inovações conceituais e metodológicas na implementação do zoneamento. Algumas lições aprendidas dessas experiências são descritas a seguir:

- > Antes de iniciar os levantamentos técnicos do ZEE, é fundamental definir claramente quais são os objetivos e resultados esperados, particularmente em termos de clientes para as informações a serem geradas, e subsídios para aplicações práticas em políticas públicas. A exemplo do Acre, é preferível que os objetivos e resultados esperados do zoneamento sejam discutidos previamente no contexto de negociações sobre estratégias de desenvolvimento regional sustentável, envolvendo diferentes grupos interessados da sociedade (órgãos governamentais, entidades da sociedade civil, setor privado).

- > Os programas de zoneamento devem ser *pragmáticos*, dando respostas concretas a problemas sociais, ambientais e econômicos, de forma articulada a sistemas públicos de planejamento municipal, estadual e federal, *eficientes*, em termos de tempo e recursos financeiros e ter ampla *aceitação política* (“ownership”) entre diferentes grupos interessados da sociedade, pois ao contrário, a resistência à sua implementação torná-lo-á inviável.
- > Existe a necessidade de superar definitivamente algumas concepções ultrapassadas sobre o zoneamento, como a noção de que levantamentos técnicos > 11 podem definir a “vocação natural” do território, ou que   desejável definir zonas rígidas em mapas de *macrozoneamento*, com a aplica o de leis prescritivas que determinem quais atividades serão permitidas ou proibidas em cada zona.
- > Nesse sentido,   preferível que o zoneamento, principalmente em escalas pequenas, seja concebido como um subsídio técnico para o planejamento regional e a formula o de um conjunto de políticas públicas necessárias ao ordenamento territorial em bases sustentáveis (p.ex. políticas relacionadas a unidades de conserva o, atividades produtivas, transporte, questão fundiária, etc.). Sob essa  tica, o papel central do ZEE deve ser o de subsidiar a tomada de decisões mais coerentes e “especializadas” nesse conjunto de políticas,   luz dos princípios de desenvolvimento sustentável.
- > A maioria dos programas de zoneamento tem investido muito esforço nas etapas de planejamento e execu o de estudos técnicos, e pouco esforço em atividades de monitoramento e avalia o de seus impactos. Essa distor o precisa ser corrigida no futuro.

Conforme mencionado anteriormente, existem várias experiências inovadoras de zoneamento desenvolvidas nos estados amazônicos, com o apoio técnico e financeiro do SPRN, que demonstram avanços significativos em vários aspectos críticos, como a aplica o de metodologias participativas. Entretanto, as li es aprendidas dessas experiências precisam ser sistematizadas, principalmente no intuito de subsidiar as a es futuras do Programa Piloto e aumentar a sua capacidade de influência sobre outros programas e projetos de ZEE, a exemplo das iniciativas do “Consórcio ZEE Brasil”.

4

4. Popula es Tradicionais e o Desenvolvimento Sustentável

As popula es tradicionais da Amazônia e Mata Atlântica (povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais, etc.) possuem conhecimentos empíricos sobre a dinâmica de ecossistemas, que constituem a base de sua sobrevivência. Estas popula es prestam serviços ambientais   sociedade, na medida em que a sabedoria tradicional no uso de recursos da natureza contribui para a conserva o de ecossistemas regionais. Vale ressaltar ainda a importância dos conhecimentos tradicionais, com rela o ao acervo genético e   biodiversidade global.

O Programa Piloto tem demonstrado que a participação de populações tradicionais e a valorização de seus conhecimentos históricos sobre o manejo de recursos naturais são elementos fundamentais à implementação de estratégias de conservação, conforme ilustrado pelos resultados de projetos como RESEX, PPTAL, PD/A, PROMANEJO e PROVARZEA.

Nesse sentido, a conservação de recursos naturais nas tipologias de áreas protegidas apoiadas pelo Programa Piloto (Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, etc.) está diretamente vinculada às práticas de uso e manejo adotadas pelas populações tradicionais.

> 12

Na implementação de projetos que envolvem populações tradicionais, o Programa Piloto tem demonstrado a importância de métodos participativos, capazes de mobilizar comunidades locais em torno do manejo e da proteção dos recursos naturais de seus territórios, e que fortalecem a sua auto-estima e unidade cultural. Esse é o caso do processo participativo de demarcação de terras indígenas, vigilância comunitária e elaboração de diagnósticos “etno-ecológicos” com o apoio do PPTAL, de iniciativas como a elaboração de Planos de Utilização e Planos de Desenvolvimento no âmbito do Projeto Reservas Extrativistas (RESEX) e iniciativas de manejo comunitário de recursos aquáticos na várzea, apoiadas pelo PROVARZEA.

Na sua estratégia de atuação com populações tradicionais, ainda são incipientes as ações do Programa Piloto na viabilização de “negócios sustentáveis” de forma culturalmente apropriada e economicamente viável, capazes de se contrapor a tendências de exploração não-sustentável de recursos naturais em diversas áreas, que exercem uma forte atratividade pelos benefícios imediatos que geram. Nesse sentido, existem iniciativas promissoras, no âmbito do PD/A, RESEX, PROMANEJO, PROVARZEA e do Projeto Negócios Sustentáveis (este último em início de execução) que precisam ser consolidadas e disseminadas. A implementação do PD/PI (Projetos Demonstrativos / Povos Indígenas) que se inicia agora, traz uma série de desafios neste sentido.

Nesse contexto, existem demandas consideráveis para fortalecer a organização e a capacidade gerencial de formas associativas entre as populações tradicionais. Nesse sentido, mecanismos de apoio e profissionalização dessas entidades para o uso sustentável dos ecossistemas regionais e o bem-estar de populações tradicionais constituem um importante desafio para o futuro do Programa Piloto.



5. Produção Sustentável

Os projetos comunitários de caráter demonstrativo, a exemplo do PD/A, enfrentam o desafio de estabelecer o equilíbrio entre uso sustentável dos recursos naturais e melhoria das condições de vida de comunidades rurais. Algumas lições aprendidas nessa área de atuação do Programa Piloto são as seguintes:

- > A difusão de novas práticas e novas alternativas de geração de renda tem fortalecido a tendência à diversificação da produção, com ganhos para a economia familiar e para a segurança alimentar. Da mesma maneira, contribui para a diminuição da pressão sobre a base de recursos florestais. Ao mesmo tempo, é cada vez mais evidente que projetos demonstrativos, como o PD/A, precisam contemplar a gestão integrada dos recursos naturais na propriedade rural, inclusive as Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente;
- > Os projetos que tiveram maior sucesso econômico no PD/A tipicamente foram aqueles que anteciparam e superaram dificuldades relacionadas ao transporte, ao processamento e à comercialização dos produtos. Em geral, as dificuldades de comercialização enfrentadas por organizações comunitárias e pequenas empresas refletem menos problemas de demanda, e mais questões relacionadas ao controle de qualidade, à garantia de entrega e estratégias de marketing.
- > A experiência do PD/A tem ressaltado a importância de se investir mais em estratégias de assistência técnica sob uma ótica diferenciada, contemplando as várias etapas da cadeia produtiva;
- > Tanto o processo de capacitação de recursos humanos como os ciclos de produção em atividades sustentáveis envolvem um tempo maior de execução do que normalmente ocorre entre projetos. A definição de prazos mais realistas para a implementação de iniciativas inovadoras como o PD/A é uma importante lição aprendida no Programa Piloto.
- > Uma lição aprendida no PD/A é a necessidade de estabelecer previamente um sistema de monitoramento, capaz de contribuir para a análise de resultados, principalmente em termos do potencial de replicabilidade dos modelos de produção e a identificação de lições. Em parte, as dificuldades enfrentadas pelo PD/A nesse sentido refletem a prioridade dada, no início do projeto, ao atendimento de uma ampla gama de demandas para o financiamento de projetos, menosprezando a produção de modelos sólidos e testados com possibilidade de disseminação.
- > Para alcançar plenamente os objetivos, experiências demonstrativas de produção sustentável precisam se articular “na ponta” com outros projetos do Programa Piloto, e com outros programas de desenvolvimento local sustentável, a exemplo do Programa Comunidade Ativa e do PRONAF (vide item 02, acima).
- > Uma das principais inovações do PD/A foi o desenvolvimento de um sistema diferenciado de repasse de recursos financeiros a associações locais, por meio do Banco do Brasil. Esse sistema conseguiu reduzir substancialmente a burocracia normalmente existente em projetos desse tipo. O modelo do PD/A já vem sendo replicado em outros projetos mais recentes do Programa Piloto, como o PROVÁRZEA, o PROMANEJO e a segunda fase do Projeto RESEX.

- > A experiência do PD/A ressalta a relevância de iniciativas voltadas para a viabilização de atividades produtivas sustentáveis, no sentido de estimular processos de mobilização social e o fortalecimento de novas formas associativas. O apoio à consolidação desses processos é um desafio para o futuro do Programa Piloto.
- > A experiência do PROMANEJO tem demonstrado a importância de se *fortalecer parcerias com a iniciativa privada* na viabilização de práticas sustentáveis no uso dos recursos naturais. Por exemplo, a estruturação de Centros de Treinamento em Manejo Florestal nos estados de Mato Grosso e Acre, em parceria com empresas madeireiras interessadas, tem sido um dos avanços mais significativos do PROMANEJO. > 14
- > Entretanto, persiste a necessidade de definir com maior clareza a estratégia de envolvimento de grupos relevantes do setor privado na próxima fase de Programa Piloto, especialmente na viabilização de atividades econômicas sustentáveis, como alternativas a práticas de degradação ambiental.

6

6. Monitoramento, Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas

Nos últimos anos, o Programa Piloto tem apoiado estratégias inovadoras de monitoramento, prevenção e controle de desmatamento e queimadas, principalmente por meio do SPRN, PROTEGER e PD/A. Algumas lições aprendidas entre essas experiências são descritas a seguir.

6.1. Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural

No âmbito do SPRN, a iniciativa inovadora de maior destaque tem sido o *Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural*, desenvolvido pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEMA) de Mato Grosso. Esse sistema tem se mostrado bastante eficaz e já vem sendo replicado em outros estados amazônicos.

A metodologia desenvolvida pela FEMA está associada a uma concepção estratégica que inclui entre suas características essenciais:

- > a preocupação com a simplicidade e o pragmatismo, a partir de uma clara visão de objetivos e resultados esperados do sistema;
- > a adoção do conceito de licenciamento ambiental como ferramenta para a gestão integrada dos recursos naturais na propriedade rural, em contraste com a prática tradicional de autorização pontual de atividades como o desmatamento e exploração madeireira;

- > a utilização de tecnologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento de fácil acesso e baixo custo no licenciamento, no monitoramento e na fiscalização de atividades de uso dos recursos florestais;
- > o enfoque estratégico de atuação entre grandes propriedades em áreas críticas de desmatamento, responsáveis por aproximadamente 70% do desmatamento no estado, otimizando a utilização de recursos humanos e financeiros escassos;
- > a articulação do licenciamento, do monitoramento e da fiscalização com ações preventivas e educativas, realizadas com proprietários rurais;
- > a capacitação diferenciada de agentes ambientais e uma nova abordagem na relação entre o interlocutor do órgão ambiental e os atores sociais afetados pelo processo. A existência de técnicos capacitados permite uma atuação qualificada em campo, p.ex. utilização de GPS e cartas-imagem em atividades de fiscalização, ações educativas e a adoção de uma postura de respeito perante ao proprietário rural.
- > como alternativa ao pagamento de multas, o compromisso do proprietário rural em corrigir danos ambientais por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com o Ministério Público e a FEMA;
- > o estabelecimento de parcerias com profissionais do setor privado que prestam assessoria técnica a proprietários rurais, permitindo que a FEMA se concentre em atividades prioritárias de sua competência legal.

O sistema de licenciamento ambiental da propriedade rural em Mato Grosso tem contribuído para uma mudança de mentalidade entre proprietários rurais com relação ao modelo de uso e ocupação em áreas florestais. Ademais, o sistema tende a contribuir para a consolidação de áreas protegidas, uma vez que pode gerar mecanismos de compensação, de aplicação direta, para a regularização de terras e aquisição de áreas privadas nos limites das Unidades de Conservação consideradas prioritárias.

A implantação desse sistema em Mato Grosso também tem melhorado as perspectivas de geração de recursos para a sustentabilidade financeira da instituição ambiental. No lugar de um pequeno número de multas altas por danos ambientais, que tipicamente não são pagas, hoje existe um ingresso crescente de recursos financeiros na FEMA, oriundos de uma quantidade cada vez maior de processos de licenciamento de propriedades rurais, cada um num valor relativamente baixo, mas, quando agregados, resultam num valor substancial.

Uma das lições aprendidas da experiência da FEMA em Mato Grosso é a importância do compromisso político de altas esferas do Governo com as políticas ambientais. Nesse caso, o compromisso pessoal do Governador foi essencial para a implantação efetiva do sistema de licenciamento ambiental em propriedade rural, cujo enfoque principal era o desmatamento praticado por grandes fazendeiros. Ao mesmo tempo, a adoção de uma metodologia inovadora, evitando posturas repressivas que tipicamente caracterizam a atuação dos órgãos ambientais, foi essencial para assegurar o compromisso político necessário ao sucesso dessa iniciativa.

O desenvolvimento de iniciativas como o *sistema de licenciamento ambiental em propriedade rural* constitui um “divisor de águas” em relação a modelos tradicionais de fiscalização, gerando novas demandas de abordagem e de atuação política. Um dos princípios desafios para o futuro do Programa Piloto refere-se à consolidação do sistema de licenciamento ambiental desenvolvido em Mato Grosso e à replicação em outros estados da Amazônia e da Mata Atlântica, com as adaptações necessárias para contextos diferenciados do ponto de vista ambiental, social e fundiário.

> 16

6.2. Mobilização e Capacitação de Atores Sociais

A experiência do Programa Piloto tem demonstrado que as organizações sociais de produtores rurais são uma base fundamental para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e controle do desmatamento e queimadas. Nesse sentido, os melhores resultados têm ocorrido entre iniciativas com organizações sociais que assumem os princípios, divulgam e acompanham as ações entre os associados.

A educação ambiental tem se destacado, cada vez mais, como um elemento fundamental ao controle de desmatamento e queimadas. Essa premissa tem sido adotada por diversos projetos do Programa Piloto, como o PROTEGER, PROVARZEA, PROMANEJO, PD/A e RESEX. Assim, as atividades educativas capazes de sensibilizar o ator social para a noção de patrimônio ambiental, para a compreensão de impactos negativos dos desmatamentos e queimadas, para a percepção das vantagens comparativas da produção sem fogo e do manejo florestal têm contribuído significativamente ao controle de queimadas e desmatamento nas áreas de atuação do Programa.

Nas experiências desenvolvidas pelo PROTEGER, as práticas de controle do fogo têm se inserido, cada vez mais, em estratégias de produção sustentável (p.ex. sistemas agroflorestais). Assim, observa-se que as ações voltadas à manutenção do equilíbrio ambiental são internalizadas pelos produtores rurais, à medida que se articulam com a lógica das atividades produtivas, voltadas à geração de renda, à segurança alimentar e, de forma global, à sobrevivência da família e/ou da comunidade. Nesse contexto, observa-se que parcerias entre projetos como o PROTEGER, o PD/A e o SPRN têm se firmado no Programa Piloto.

Vale ressaltar ainda a experiência do *Projeto Fogo Emergência Crônica*, desenvolvido pela organização ambientalista Amigos da Terra (com apoio da Embaixada da Itália) em parceria com prefeituras municipais, organizações de produtores rurais e outros representantes da sociedade civil e do setor privado. A negociação de *pactos políticos contra o fogo e incêndios*, envolvendo a conscientização, o diálogo e a negociação entre diversos atores locais, tem se revelado uma iniciativa bem-sucedida. Existe um grande potencial para a formação de parcerias entre esse projeto e as iniciativas do Programa Piloto que visam à prevenção, ao monitoramento e ao controle do desmatamento e queimadas, a exemplo do que já vem acontecendo em Mato Grosso.

A experiência do Programa Piloto tem demonstrado que a capacitação para novas práticas e o engajamento dos atores sociais no processo de controle do desmatamento e das queimadas requer uma postura diferenciada dos órgãos ambientais, capaz de lidar, com sensibilidade, com padrões culturais históricos de uso dos recursos florestais e com a perspectiva de entender o papel dos atores sociais locais como parceiros no processo. Trata-se de uma mudança de cultura institucional ainda a ser consolidada, e um desafio a ser enfrentado em ações futuras do Programa Piloto.

7

7. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável

O Sub-programa de Ciência e Tecnologia (SPC&T) do Programa Piloto, o único sob a supervisão do Ministério da Ciência e Tecnologia, foi direcionado, em sua primeira fase, ao fortalecimento institucional das duas principais instituições de pesquisa da região amazônica (Museu Paraense Emílio Goeldi e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA) e ao financiamento de uma série de pesquisas dirigidas, realizadas por essas e outras instituições de pesquisa.

> 17

As dificuldades enfrentadas e as lições aprendidas no Subprograma de Ciência e Tecnologia refletem questões que se originam das peculiaridades e métodos das instituições acadêmicas no Brasil. Uma das lições retiradas das dificuldades enfrentadas refere-se à necessidade de maior interdisciplinaridade nas pesquisas conduzidas. O entendimento adequado dos problemas relacionados à promoção do desenvolvimento sustentável requer a contribuição de diversas áreas do conhecimento.

A solução dessa limitação está relacionada a processos de interação que precisam ser estabelecidos entre as instituições de pesquisa, entre elas e outros projetos do Programa Piloto, e ainda entre as instituições de pesquisa e outros atores interessados (“stakeholders”). As dificuldades de interação parecem ser particularmente relevantes no trabalho conjunto entre cientistas naturais e cientistas sociais, necessárias para se considerar a influência das dinâmicas sociais no meio ambiente.

Apreendeu-se também ser necessário melhorar os processos de sistematização e disseminação de informações originárias de pesquisas, as quais tendem a permanecer restritas ao meio acadêmico. Nessas duas etapas – sistematização e disseminação – a informação necessita ser processada de forma a ser melhor compreendida por uma audiência ampla. Muitas vezes este público necessita dos dados menos para reflexão teórica e mais como orientação para a ação prática. Outras vezes, a necessidade refere-se à utilização da informação para a geração de políticas públicas, o que implica em outras formas de tratamento dos dados.

Uma outra lição aprendida refere-se à necessidade de procurar definir, tanto quanto possível, o uso da informação antes de se iniciar as pesquisas. Isso sugere a necessidade de se ter claro o referencial teórico com o qual se trabalha. A exposição do enfoque teórico é também fundamental para a definição da estratégia metodológica e conseqüentemente dos indicadores que serão utilizados.

Da mesma forma, é preciso definir o grau de envolvimento da comunidade, em casos de pesquisas que envolvam a população local, e de que forma os resultados da pesquisa podem ser revertidos em benefícios concretos para a população local. Assim, o SPC&T precisa melhor desenvolver a capacidade de diálogo com outros parceiros do Programa Piloto, especialmente em relação às demandas para ciência e tecnologia dos demais subprogramas e projetos. Nesse sentido, a criação de espaços de diálogo interinstitucional sobre a segunda fase do Programa Piloto, organizados por linhas temáticas (áreas estratégicas de atuação) já está se constituindo como uma iniciativa positiva.



8. Participação da Sociedade Civil

A análise do processo participativo das organizações da sociedade civil (OSCs) na implementação do Programa Piloto revela uma ampla heterogeneidade em eficácia no âmbito da tomada de decisões. Observa-se que o nível de influência de OSCs no processo de tomada de decisões variou consideravelmente entre os projetos associados ao início do programa na fase 1992-1996 (PD/A, RESEX, PPTAL, SPRN e o Sub-Programa de Ciência e Tecnologia) e teve menor variação com relação àqueles vinculados à fase subsequente a 1997 (PROMANEJO, PROVARZEA, Corredores Ecológicos).

> 18

Entre os projetos da primeira fase, o PD/A e o RESEX tiveram uma marcante influência das OSCs no desenho e na implementação, o que não ocorreu com os demais, à exceção do PPTAL, associado a níveis pouco efetivos de participação na fase inicial de elaboração do projeto, mas que gradualmente incorporou uma mobilização crescente dos povos indígenas em sua implementação, envolvendo inclusive a influência direta em questões operacionais como métodos de demarcação.

Em contraste com os projetos da primeira fase, os projetos mais recentes foram caracterizados por um esforço sistemático no sentido de fortalecer a participação da sociedade civil desde as etapas de preparação, o que tende a gerar uma maior influência dos atores sociais no processo de tomada de decisões.

Os fatores possíveis para justificar os níveis distintos de participação nos projetos do Programa Piloto parecem estar refletidos nas seguintes variáveis: i) o compromisso político de agências governamentais em promover decisões participativas, bem como a capacidade dessas agências em promover tais processos; ii) o grau de mobilização das entidades da sociedade civil para buscar oportunidades e acessar os níveis de tomada de decisões, bem como a capacidade das mesmas em efetivamente se engajar; iii) o contexto sócio-político e representação simbólica dos projetos para a sociedade em geral (o que se reflete na identificação e na importância dada ao projeto).

Em geral, os níveis de participação tenderam a ser mais efetivos quando foram criados mecanismos formais capazes de assegurar o envolvimento da sociedade civil organizada no processo de tomada de decisões, quando houve o engajamento desde a fase de concepção e preparação dos projetos (o que gera uma adequação de objetivos à realidade local e o compromisso compartilhado) e um esforço pró-ativo das agências governamentais em apoiar o desenvolvimento da capacidade técnica e institucional desses parceiros.

Um dos fatores que dificultaram a participação da sociedade civil na primeira fase do Programa Piloto, em nível global, foi a tendência de enxergar o Programa como uma espécie de balcão de financiamento das demandas setoriais de diferentes "clientelas". Essa tendência dificultou a consolidação de uma *estratégia integrada em nível de Programa*, que permitisse uma maior articulação e sinergia entre instituições e iniciativas afins, dentro e fora do Programa Piloto.

A primeira fase do SPRN, por exemplo, caracterizou-se essencialmente como uma iniciativa voltada a atender os interesses de fortalecimento institucional dos órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) na Amazônia. Sob essa ótica, a participação da sociedade civil foi tratada pelos OEMAs como pouco relevante. Enquanto isso, a maioria das entidades da sociedade civil concentrou esforços em projetos que financiavam suas atividades diretamente e que eram percebidos como mais relevantes, em termos de seus interesses (PD/A, RESEX, PPTAL).

Um dos fatores que ajudam a explicar melhorias na participação da sociedade civil entre projetos mais recentes (como PROMANEJO e PROVARZEA) parece ser um maior reconhecimento entre órgãos governamentais e doadores sobre a relevância de métodos participativos, como reflexo de um processo de aprendizagem no Programa Piloto. De forma semelhante, melhorias recentes de participação de organizações da sociedade civil no SPRN parece refletir uma percepção crescente da importância desse envolvimento por parte dos governos estaduais, como também uma maior compreensão da relevância do subprograma por organizações da sociedade civil. > 19

Em muitos casos, observa-se que, apesar da existência de mecanismos formais de participação de organizações da sociedade civil que abriram espaços de negociação com outros participantes do Programa (órgãos governamentais, Banco Mundial, doadores, etc.) decisões importantes são tomadas por meio de mecanismos informais. Estes mecanismos têm a vantagem de facilitar a tomada de decisões cotidianas, num contexto em que a flexibilidade e a agilidade são necessárias. Por outro lado, podem envolver riscos, como a tendência de favorecer a participação de determinados grupos da sociedade em detrimento de outros, além de criar uma impressão de falta de transparência. Também dificultam o tratamento de assuntos estratégicos de programa que exigem processos de diálogo e negociação entre diversos participantes.

Um impacto favorável do processo participativo no Programa Piloto refere-se à construção de capital social, uma vez que o Programa foi capaz de apoiar o fortalecimento de grupos locais e da capacidade de coordenação de grupos regionais, como o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e a Rede Mata Atlântica (RMA). Assim, o Programa motivou o engajamento, proporcionou espaços à capacitação e forneceu apoio financeiro direto. Entretanto, a construção de capital social foi menos efetiva quando houve, em alguns momentos, tendências de centralização de poder por algumas organizações da sociedade civil, quando entidades existentes foram desconsideradas ou preteridas e quando organizações não-governamentais se tornaram excessivamente dependentes de recursos disponibilizados pelo Programa.

Em suma, é fundamental que o processo participativo seja compreendido em suas múltiplas dimensões, e o planejamento de ações futuras possa se sustentar numa perspectiva realista e estratégica. As questões conceituais e operacionais relativas ao processo participativo parecem indicar que a temática da participação requer uma abordagem de cunho mais estratégico no Programa Piloto.

O estabelecimento sistemático do processo participativo em todos os níveis do Programa Piloto implica engajamento da sociedade civil organizada no âmbito de tomada de decisões, desde as etapas de planejamento estratégico e definição de objetivos, até o processo de avaliação de performance de projetos. Da mesma maneira, é fundamental

que o processo participativo não se construa com base numa perspectiva hierárquica dos diversos grupos envolvidos no planejamento e implementação de projetos, mas numa concepção de compartilhamento de benefícios e responsabilidades.

O desafio enunciado pressupõe um investimento prioritário em capacitação dos vários atores envolvidos - doadores, governo e sociedade civil organizada - para o aprimoramento das estratégias participativas de projetos e a utilização de metodologias participativas inovadoras. Somam-se ainda os objetivos de incorporação de pessoal especializado em processos participativos em todo o âmbito do Programa Piloto, de construção de uma agenda dirigida às demandas de participação com base nas especificidades e peculiaridades dos projetos em implementação, além da ampliação e diversificação do espectro de representação da sociedade civil organizada em projetos. Enfim, necessita-se do fortalecimento técnico e operacional desses parceiros e da construção de *indicadores de capital social*, capazes de consolidar um mecanismo permanente de avaliação da eficiência do processo participativo.

> 20

9. Estratégias de Monitoramento e Avaliação de Projetos

Num empreendimento como o Programa Piloto, com características de inovação e experimentação, os sistemas de monitoramento e avaliação possuem um papel fundamental para a análise do desempenho e de impactos alcançados e, sobretudo, para a identificação, sistematização e disseminação de lições aprendidas. Como mencionado anteriormente, as lições aprendidas são essenciais para retro-alimentar o planejamento de projetos e do Programa Piloto como um todo, para divulgar experiências inovadoras, e para subsidiar a formulação de políticas públicas.

A primeira fase do Programa Piloto foi caracterizada, em grande medida, pela precariedade dos sistemas de monitoramento e avaliação de sua carteira de projetos. Essa situação parece refletir uma série de fatores: em primeiro lugar, existe uma tradição de tratar o monitoramento e a avaliação como meros exercícios burocráticos, voltados para satisfazer exigências de controle externo, sem nenhuma contribuição factível para a qualidade de gestão de projetos. Por outro lado, tem existido a tendência de tratar o monitoramento e a avaliação como ferramentas de “marketing” dos projetos e executores. Frequentemente, as atividades de monitoramento e avaliação não são consideradas adequadamente na fase de planejamento dos projetos, inclusive na alocação de recursos financeiros e humanos.

No Programa Piloto, existe um reconhecimento crescente, embora tardio, entre os participantes sobre a importância de desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação como ferramentas para melhorar a qualidade da gestão. Nesse sentido, várias medidas estão sendo tomadas para fortalecer os sistemas de monitoramento e avaliação dos projetos. Um dos principais desafios para o Projeto AMA é de intensificar a sua atuação nesse sentido, por meio de atividades de capacitação e assessoria técnica aos projetos e subprogramas.

Esse processo evolutivo no Programa Piloto requer uma mudança de mentalidade entre os gestores de projetos. Nesse sentido, os “melhores projetos” não são necessariamente aqueles realizam todas as atividades planejadas, ou que mantém os mesmos objetivos durante toda a implementação. Em contraste, um indicador de sucesso deve ser a capacidade de adequar objetivos e estratégias de implementação a um processo contínuo de observação e aprendizagem. Assim, um número considerável de ajustes estratégicos não deve ser visto como defeito. Pelo contrário, as adaptações que resultam de um processo sistemático de observação, análise e aprendizagem devem ser consideradas como positivas.

> 21

10. A Transformação de Experiências Inovadoras em Políticas Públicas

A utilização de experiências inovadoras bem-sucedidas como subsídios para a (re)formulação de políticas públicas é uma das principais finalidades do Programa Piloto, especialmente após a VI Reunião de Participantes, realizada em Cuiabá em maio-junho de 2001. O complexo processo de influenciar políticas públicas, que não está totalmente dentro da governabilidade do programa, demanda esforços sistemáticos em diferentes áreas de atuação.

Resultados positivos na formulação e implementação de políticas públicas influenciadas pelo Programa Piloto têm demonstrado como lição que são necessários bons argumentos, múltiplas articulações e uma ação decidida e sistemática. Alguns dos exemplos mais concretos nesta perspectiva são as políticas de monitoramento, licenciamento e controle ambiental promovidas pelo SPRN, através do fortalecimento, da articulação e da presença nos órgãos ambientais estaduais.

Nesse sentido, destaca-se o exemplo do *sistema de licenciamento ambiental em propriedade rural* desenvolvido pela FEMA de Mato Grosso, já em processo de replicação em outros estados amazônicos, com o apoio do MMA. Conforme descrito na parte VI, o êxito da FEMA em transformar uma iniciativa inovadora apoiada pelo SPRN em política pública estadual se deve, em grande medida, ao compromisso político de altas esferas do Governo.

Um exemplo notável da influência do Programa Piloto na implementação de políticas públicas em escala ampliada é o PPTAL. Entre 1996 e 2002, o Projeto possibilitou a identificação de 93 terras indígenas e apoiou a demarcação e regularização de outras 149 áreas, resultando na homologação de 29 milhões de hectares por decreto presidencial.

Também são destacáveis iniciativas de caráter municipal, sob a influência de projetos como o SPRN e PROVARZEA, onde órgãos executivos e legislativos têm produzido normas locais de proteção, fiscalização e controle ambiental, abordando problemas relacionados à poluição do ar, à gestão de recursos hídricos, e ao manejo de recursos pesqueiros, dos quais subsistem comunidades e grupos sociais específicos.

Para efetivamente influenciar políticas públicas relacionadas à ocupação do território e à utilização dos recursos naturais na Amazônia e Mata Atlântica, um grande desafio é superar o tradicional isolamento da área ambiental do governo, possibilitando um maior diálogo entre o Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos federais, a exemplo dos Ministérios da Integração Nacional (MI), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Planejamento (MP).

De fato, algumas lacunas na primeira fase do Programa Piloto, como a insuficiente abordagem da política fundiária (que mantém uma forte influência sobre as dinâmicas do desmatamento na Amazônia) refletem essas dificuldades de diálogo entre o MMA e outros ministérios, responsáveis pelas políticas de desenvolvimento regional. Por outro lado, o aumento recente da cooperação entre o MMA/IBAMA e MDA/INCRA, entre outras tendências positivas, traz motivos para um “otimismo cauteloso” nesse sentido. Vale destacar também o processo de planejamento da segunda fase do Programa Piloto, que já tem incentivado uma maior cooperação interministerial em vários níveis. > 22

Retornando ao primeiro tema (“*A construção de agendas para a sustentabilidade*”) parece cada vez mais evidente que a viabilização de processos participativos de diálogo e negociação entre diferentes grupos da sociedade (órgãos governamentais, sociedade civil, e setor privado) é um elemento essencial para a criação de um ambiente político favorável à transformação de iniciativas inovadoras em políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Da sua parte, o Projeto AMA está atuando, de forma articulada com a SCA/MMA e outros parceiros do Programa Piloto, na organização de uma série de seminários sobre assuntos estratégicos para o programa (p.ex. instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável, assistência técnica, desenvolvimento local sustentável) no intuito de fomentar a articulação entre projetos e instituições, o intercâmbio de experiências inovadoras e o debate sobre mudanças necessárias entre políticas públicas. Esperamos, com esses eventos e atividades afins, estar cumprindo com a nossa parte de transformar iniciativas inovadoras em políticas públicas para o desenvolvimento sustentável na região amazônica e na Mata Atlântica.



Referências Bibliográficas

Banco Mundial 2001. *Rumo a uma Estratégia para o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*, Brasília, abril de 2001.

Banco Mundial 2001. *Participação da Sociedade Civil no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*, março de 2001 (www.worldbank.org/rfpp) > 23

Câmara dos Deputados, 2000. *Agenda Positiva da Amazônia*, Seminário promovido pela Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados e pela Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA/MMA, Brasília, junho de 2000.

Governo do Estado de Mato Grosso 2001. *Sistema de Controle Ambiental em Propriedades Rurais de Mato Grosso*, Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEMA, MMA/IBAMA, DfID, Cuiabá-MT.

Grupo Consultivo Internacional (IAG) 2000. *Questões Agrárias e o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*, 14º Relatório do IAG, Parte II, Brasília, julho de 2000.

Grupo de Trabalho Amazônico – GTA 1996. *Políticas Públicas Coerentes para uma Amazônia Sustentável: O Desafio da Inovação e o Programa Piloto*, GTA e Amigos da Terra – Programa Amazônia.

Grupo de Trabalho Amazônico – GTA 1998. *Políticas Públicas para a Amazônia 1997-98: Rumos, Tendências e Propostas*, GTA e Amigos da Terra – Programa Amazônia.

Haddad, Paulo e F. Rezende 2002. *Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia*, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Coordenação da Amazônia, Brasília, D.F.

Ministério do Meio Ambiente 2001. *Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia*, Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA. Brasília, D.F.

Ministério de Meio Ambiente 2002. *Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural: Ferramenta para Conter o Desmatamento Ilegal na Amazônia*, Brasília, fevereiro de 2002.

Programa Piloto 2001. *Resoluções da VI Reunião de Participantes do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*, Cuiabá - MT, 1º de junho de 2001

Programa Piloto 2001. *Cinco Anos do PDA: Uma Trajetória Pioneira*. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Coordenação da Amazônia, fevereiro de 2001.

Programa Piloto, 2002. *Proposta para a Estruturação da Segunda fase do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil*, Comissão de Coordenação Brasileira, MMA, junho de 2002.

STCP/INDUFOR, 2000. *Relatório Final, Revisão de Meio Termo do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Avaliação Independente* (STCP/INDUFOR), 2000

Subprograma de Política de Recursos Naturais, 2000. *Revisão de Meio Termo, Relatório Final: Principais Conclusões e Encaminhamentos (volume I)*, SPRN, Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil, Brasília, D.F., maio de 2000.

> 24

Subprograma de Política de Recursos Naturais 2000. *Seminário de Avaliação do Zoneamento Econômico-Ecológico na Amazônia Brasileira*, SPRN, Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Manaus – AM, outubro de 2000 (CD-ROM).



Sobre o Projeto AMA

O Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise - AMA tem como objetivo contribuir para a identificação, análise, sistematização e disseminação de lições e outros conhecimentos estratégicos relacionados ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

> 25

No contexto de uma iniciativa inovadora como o Programa Piloto, a identificação e análise de lições são essenciais para disseminar experiências inovadoras, contribuir para a formulação de políticas públicas e subsidiar novas fases de planejamento de projetos, de subprogramas e do programa como um todo.

As principais áreas de atuação do AMA incluem a capacitação e assessoria técnica em instrumentos de monitoramento e avaliação, a realização de estudos e análises, publicações e a organização de seminários e outros eventos sobre temas estratégicos para o Programa Piloto. O Projeto AMA é vinculado à Coordenação Executiva do Programa Piloto.

A implementação do Projeto AMA conta com a cooperação técnica da GTZ - *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (Alemanha)



Contato:

Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise - AMA
SCS Q. 06 Ed. Sofia Nº 50 Sala 107
CEP: 70300-968, Brasília, D.F.
fone: (61) 325-3151, fax: (61) 325-2737
e-mail: ama@rudah.com.br
www.mma.gov.br/ppg7

Responsável pelo texto: Brent Millikan (Coordenador, Projeto AMA)
Consultores: Marta de Azevedo Irving, Olympio Barbanti, Jr.
Colaboração: Petra Schnadt (GTZ), Fernando Negret e Fábio Abdala (AMA)